

competência relativa à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados que me foi subdelegada pela alínea *b*) do n.º 2 do Despacho n.º 12045/2016, de 28 setembro de 2016, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 10 de outubro de 2016.

4 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 10 de outubro de 2017, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

12 de outubro de 2017. — O Comandante Aéreo, *Joaquim Manuel Nunes Borrego*, TGEN/PILAV.

310849565

Despacho n.º 9347/2017

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo, sem faculdade de subdelegação, no Comandante da Base Aérea n.º 1, Coronel PILAV 082138-B Luís Manuel Nunes Seródio, no âmbito do controlo do trabalho efetuado por pessoal civil, a competência para fixar os períodos de funcionamento dos respetivos serviços, os regimes de prestação de trabalho e os horários mais adequados, bem como para autorizar a realização de trabalho suplementar e descanso semanal, descanso complementar e feriado, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de agosto, e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 10 de outubro de 2017, ficando deste modo ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

12 de outubro de 2017. — O Comandante Aéreo, *Joaquim Manuel Nunes Borrego*, TGEN/PILAV.

310849613

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 9348/2017

De acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, o Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é coadjuvado, no exercício das suas funções, por Diretores Nacionais Adjuntos.

Considerando que os referidos cargos se encontram vagos, torna-se necessário, por forma a garantir o normal funcionamento do Serviço, proceder à designação dos seus titulares.

Assim, nos termos das disposições conjugadas do artigo 14.º, n.º 1, e do artigo 65.º-B do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, é designada em comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, para o cargo de Diretora Nacional Adjunta do SEF, cargo de direção superior do 2.º grau, a licenciada Cristina Isabel Gatões Batista, a qual possui reconhecida idoneidade, experiência profissional e formação exigidas para o exercício das funções em causa, conforme é demonstrado pela síntese curricular anexa ao presente despacho.

De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, e 128/2015, de 3 de setembro, a designada poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos no dia 20 de outubro de 2017.

Dou por finda, na mesma data, a comissão de serviço da ora designada no cargo de Diretora Regional do Norte do SEF.

17 de outubro de 2017. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

Síntese Curricular

I — Identificação: Cristina Isabel Gatões Batista.

II — Habilitações académicas: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1984/1989.

III — Categoria profissional: Inspetora Coordenadora Superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

IV — Atividade profissional:

Diretora Regional do Norte, desde 1 de dezembro de 2012;

Diretora Regional do Centro, 24 de agosto de 2007 a 30 de novembro de 2012;

Subdiretora Regional do Centro, maio de 2003 a junho de 2007;
Chefe do Departamento Regional de Emissão de Documentos da Direção Regional do Centro, dezembro de 2001 a maio 2003;

Responsável pelo Departamento de Fiscalização (1994 a 1998) e Documentação (1996 a 1998 e 1999 a 2001) da Direção Regional do Centro;

Inspetora na Direção Regional do Centro, 1993 a 1994;

Inspetora no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (1992).

V — Outros elementos:

Participação em reuniões, seminários e conferências internacionais, sobretudo na área das migrações legais, designadamente:

Chefe delegação PT no GT Migração, desde 2013;

Membro suplente do Conselho de Administração da eu-LISA, desde 2012;

Processo de Rabat, Porto, dezembro de 2015;

8.º Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, Istambul, outubro de 2015;

Membro da Delegação Portuguesa do GT Vistos, 2014 e 2015;

Euromed Migrações II — Imigração legal, Marrakech e Bruxelas, 2008;

Membro da delegação PT ao GANAM, 2000;

VI — Outras formações relevantes:

Graduação no «Executive Program in Advanced Security Studies», George Marshall European Center for Security Studies, 2011;

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos, ISBB, Coimbra, 2010;

«A União Europeia e as suas perspetivas de evolução», FDUL, 2006;

Seminário de Alta Direção para a Administração Pública, INA, 2005;

Estágio no âmbito do Programa Odysseus, Holanda, 1999;

Formação Pedagógica de Formadores, INA, 1998/1999;

Estágio de advocacia, Coimbra, 1989/1991.

310856263

Despacho n.º 9349/2017

Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 65.º-B e do n.º 5 do artigo 65.º-A do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como Diretor Nacional Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do licenciado António Carlos de Jesus Pereira Patrício, cargo para o qual havia sido designado pelo Despacho n.º 1193/2016, de 19 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de janeiro de 2016.

O presente despacho produz efeitos no dia 20 de outubro de 2017.

17 de outubro de 2017. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

310856288

Despacho n.º 9350/2017

Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 65.º-B e do n.º 5 do artigo 65.º-A do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço como Diretor Nacional Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do licenciado Joaquim Pedro Nobre Neves Oliveira, cargo para o qual havia sido designado pelo Despacho n.º 1194/2016, de 19 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de janeiro de 2016.

O presente despacho produz efeitos no dia 20 de outubro de 2017.

17 de outubro de 2017. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

310856344

Secretaria-Geral

Declaração de Retificação n.º 723/2017

Por ter saído com inexactidão o sumário da publicação referente ao Despacho n.º 9057/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de outubro de 2017, retifica-se:

Onde se lê «Designação para exercer as suas competências do licenciado António Carlos de Jesus Pereira Patrício, para exercer as funções de Diretor Nacional Adjunto do SE» deve ler-se «Designação para